

Autobiografia.

A promessa de um passado presente na linguagem.

Isabel Cristina Fernandes Auler*

“Não sou biografável. Ou talvez seja.”
Manoel de Barros¹

Iniciar o meu trabalho com uma citação de Manoel de Barros, ainda que propicie leitura prazerosa, não foi um ato fortuito de minha parte, muito menos se resume à busca do mero deleite do leitor. Trabalhar com autobiografias remete a indagações sobre a sua pertinência e a possibilidade mesmo de sua existência. A passagem do poeta apenas indicia um dos questionamentos que perpassam meu trabalho historiográfico: O homem é um ser “biografável”? Como minha pesquisa concerne às escritas de si, podemos depurar ainda mais a questão levantada: é possível narrar um texto autobiográfico sem cair nas sedutoras garras da ficção? O homem, portanto, é um ser “autobiografável”? Para responder a essa pergunta precisamos, primeiramente, nos indagar a respeito dos gêneros ficcional e historiográfico, pois será através dessa diferenciação que localizaremos o campo no qual se encontra a autobiografia.

De acordo com Luiz Costa Lima, a historiografia tem como pressuposto a busca da verdade. O historiador é possuidor dessa motivação pré-verbal indemonstrável, que, no entanto, orienta seu discurso e subjuga a imaginação. Já a ficção, livre destas amarras aporéticas, vagueia por caminhos imaginários deslocados da referencialidade – apesar de tê-la como ponto de partida para que haja sua transgressão - e das fronteiras impostas por tal quimera, a pesquisa e busca da verdade. Destarte, o discurso ficcional não postula uma verdade, ao invés disso, coloca-a em suspensão; a história, por sua vez, tem a *alethéia* por aporia e é precisamente esta prerrogativa utópica que a diferencia da narrativa ficcional. A partir desta pequena diferenciação entre narrativa ficcional e narrativa histórica podemos retornar a questão referente ao gênero autobiográfico, posta, inicialmente, em suspensão.

* Isabel C. F. Auler é doutoranda em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Agência de fomento: CAPES.

¹ Manoel de Barros em entrevista a Antônio Gonçalves Filho, jornal Folha de São Paulo, 15 de abril de 1989, Caderno Letras, G.3.

O autor de uma obra autobiográfica não pode ser considerado um historiador a analisar os acontecimentos de sua própria vida, entretanto, sua obra também não deve ser encarada como um romance ficcional. A autobiografia é um gênero híbrido, entre a história e a ficção, portanto, por mais que o autor possua a busca da verdade como pressuposto, sua narrativa não conseguirá se libertar totalmente das garras do ficcional e tampouco estará sob seu completo domínio. Para desenvolver melhor esta hipótese² recorro a dois autores, com os quais estaborecerei um diálogo entre memória e mimesis: Paul Ricoeur e Luiz Costa Lima.

Em seu livro **A memória, a história e o esquecimento**, Ricoeur afirma que a memória possui diversas fragilidades, pois consiste em um terreno movediço no qual o indivíduo que rememora, ainda que reclame fidelidade ao passado, está sujeito às armadilhas do imaginário. Contudo, a preocupação do autor reside nesta busca da verdade presente no esforço da lembrança, pois defende que esse olhar sobre o passado retido na memória possui uma grandeza cognitiva – “sentimos que algo se passou, que algo aconteceu, nos implicou como agentes, como pacientes, como testemunhas”.³

A memória, reduzida a rememoração, possui, para Ricoeur, este valor cognitivo, uma vez que reconhece a lembrança, a imagem retida do passado, como fiel ao próprio passado. O “pequeno milagre do reconhecimento” nos permite que ainda nos reconheçamos como sujeitos da experiência passada, mesmo que a afeição primeira – o que sentimos durante a vivência do ocorrido - não seja, de fato, a mesma, ou seja, ela não é fidedigna à afeição no momento do reconhecimento pela rememoração. “A partir de uma marca afetiva, o ato da rememoração se torna possível.”⁴

O leitor já deve ter notado a fragilidade da defesa de Ricoeur, a qual consiste em depositar o valor cognitivo da memória no reconhecimento de uma improvável, porém aporética, coincidência entre a imagem restituída e a experiência primária. O autor não ignora a vulnerabilidade de sua argumentação e até nos alerta quanto ao caminho resvaladiço pelo qual está a percorrer. Ao admitir a imprecisão deste reconhecimento

² Esta hipótese encontra-se na obra de Luiz de Costa Lima, **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

³ RICOEUR apud Sabina Loriga. *A tarefa do historiador*. In: GOMES, Ângela de Castro. **Memórias e narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. P. 20.

⁴ LORIGA, Sabina. Op.cit.p. 20.

entre afeição primária e rememoração, Ricoeur nos apresenta o enigma da memória: a presença do ausente – “o sujeito se lembra sem as coisas e com o tempo.”⁵

Talvez tenhamos tocado a impressão errada, ou pegado o pombo errado no viveiro. Talvez tenhamos sido vítimas de um falso reconhecimento, tal como aquele que, de longe, toma uma árvore por um personagem conhecido. E, no entanto, quem poderia abalar, por suas suspeitas externas, a certeza ligada à felicidade de um tal reconhecimento, que consideramos em nosso coração indubitável?⁶

Como podemos ver na citação acima, apesar de reconhecer a tenuidade e sutileza de sua defesa à memória, Ricoeur não esmorece em sua autodelegada incumbência. Ele afirma que apesar da desconfiança quanto à coincidência entre lembrança e o vivido, o pequeno milagre do reconhecimento faz com que a relação com o passado torne-se íntima, viva e, portanto, favorável.

A relevância do trabalho de Ricoeur para a minha pesquisa não consiste na premissa corajosa do autor quanto à fidelidade entre lembrança e a experiência do passado. A importância, pelo contrário, reside na questão que o autor conscientemente recusa-se a responder: “poderia a relação com o passado ser apenas uma variedade de mimesis?”⁷ Para nos aproximarmos de uma resposta à pergunta elencada, retomarei sua idéia do milagre do reconhecimento, no intuito de afirmar a função propriamente temporalizante da memória, reduzida a rememoração – “a permanente ameaça de confusão entre rememoração e imaginação que resulta desse tornar-se-imagem da lembrança”⁸.

Entretanto, antes de explicitar minha apropriação da teoria de Ricoeur sobre memória e o processo de rememoração, apresentarei a teoria de Luiz Costa Lima referente à relação entre mimesis e evocação da memória. Essa pequena explanação será de grande relevância para a posterior apresentação de meu objetivo de trabalho, o qual consiste em aprofundar a hipótese construída por Luiz Costa Lima através de um estreitamento do diálogo de sua tese – repensar a mimesis - com a de Paul Ricoeur – o pequeno milagre do reconhecimento. Somente após o estabelecimento deste diálogo

⁵ Ibid. p. 22.

⁶ RICOEUR. **A memória. A história. O esquecimento.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. P.243.

⁷ Ibid. P.32

⁸ Ibid. 26.

mímesis-memória poderemos retornar ao ponto central da primeira parte desta pesquisa: a autobiografia como um gênero híbrido, entre história e ficção.

Em **Mímesis: Desafio ao Pensamento**, Luiz Costa Lima afirma ser a leitura crítica um apanhe de sinais, os quais ao invés de recuperar o real, apenas o indicia⁹. Dessa maneira o autor distancia-se da pretensão de uma objetividade extrema que alega a transparência da linguagem e a possibilidade de encarar a representação como imitação da realidade. Ao enfatizar o processo através do qual a representação é constituída, processo esse que bebe do real, mas ao mesmo tempo altera o modo como o real historicamente aparece para autor e leitor, Costa Lima rompe com a idéia de um texto encerrado em si mesmo. A recepção da obra não é controlada pelo autor assim como sua intenção não pode ser extraída integralmente pelo leitor, uma vez que sua interpretação crítica também pressupõe uma representação. A representação-efeito é, portanto o desdobramento da leitura e implica considerar as fraturas do sujeito leitor, além da sociedade na qual esse se insere, como elementos indissociáveis à sua constituição.

Costa Lima distancia-se não apenas de uma concepção solar de sujeito como também se afasta de sua alegada morte. Ao fazer uma panorâmica concernente ao processo de constituição do sujeito moderno e a posterior recusa do mesmo, ele localiza na obra cartesiana de Descartes a composição de um “eu solar”, detentor dos indícios de sua própria fratura - mesmo que seu autor recusasse-se a concebê-los. Minha proposta não consiste em explicitar os pormenores desta panorâmica apenas apresentar o questionamento sobre a centralidade do sujeito e a objetividade de sua representação do mundo. A radicalidade desta renúncia encontrará seu ápice nos pensadores desconstrucionistas contemporâneos, cuja alegação básica consiste na “morte do sujeito”. Ou seja, ao invés de apenas rejeitar a solaridade que lhe foi concedida e o caráter “cristalino” de suas representações, tomadas como espelho do existente, o desconstrucionismo defende o aniquilamento da idéia de sujeito e com isso a defesa da suspensão do sentido, a indecidibilidade das representações, uma vez que não remetem a nada exterior a elas mesmas.

⁹ LIMA, Luiz Costa. LIMA, Luiz Costa. **Mímesis: Desafio ao Pensamento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.398.

Esta “lógica da destruição” não apenas invalida qualquer tentativa autobiográfica ou trabalho memorialístico como põe em xeque a própria noção de história como campo de conhecimento distinto ao âmbito ficcional. A bandeira da “morte do sujeito” não será por mim alçada, pois ao invés de filiar-me à defesa da indecidibilidade do representacional, disponho-me a acolher a noção de interminabilidade proposta por Luiz Costa Lima. “A interminabilidade sem permitir a figura do mestre – “eis a interpretação certa” – admite o sentido, é certo que sempre provisório, e não só sua desconstrução”.¹⁰

O significado de uma representação não decorre apenas dos meios através dos quais ela fora construída, a entender meio como veículo de produção e intenção subjacente. Não podemos resumi-la, portanto, a mera expressão do que fora antecipadamente projetado. Ao repensar a mimesis como um processo de apresentação e representação ao invés de mera imitação do real – *um todo homólogo à organização do mundo*¹¹ - Luiz Costa Lima nos ajuda a compreender que sua origem não está na busca de assemelhar-se a algo ou a uma forma de conduta, mas sim a uma pulsão que se pretende constituinte de uma identidade subjetiva. O idêntico não pode ser expresso pela linguagem, uma vez que a última não corresponde às coisas que nomeia. Ainda que a mola propulsora da mimesis¹² seja esta busca de uma identidade subjetiva, a inserção do agente mimético no mundo contamina esse desejo “puro”, pois internaliza representações preexistentes que o coagem à adaptação de seu mímema.

Após esta pequena apresentação da revisão e resgate da mimesis, defendida por Luiz Costa Lima, acredito podermos retornar a questão levantada por Ricoeur: a relação entre rememoração e mimesis. O processo de rememoração não apenas intervém na ordenação dos vestígios mnemônicos, como também faz uma releitura deles. Quando narramos um fato passado inscrevemos essa experiência em uma temporalidade que não é a do ocorrido, pois a experiência de narrar está atrelada ao tempo presente. “A rememoração é ativa, ela não é o surgimento involuntário do passado no presente; ao buscar um momento do passado ela tende a transformá-lo.”¹³ Evocar, portanto, não é apenas receber uma imagem do passado; implica uma ação, uma “memória exercitada”.

¹⁰ Ibid.p 399.

¹¹ Ibid.p. 322

¹² ibid.p.323.

¹³ HARTOG, François. **Regimes d'historicité**. Présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 1997. p.143.

De acordo com Aristóteles a evocação consiste em uma procura e por isso, difere-se do lembrar:

O ato de evocar difere do de lembrar, não só com respeito ao tempo, mas também em que muitos outros animais têm memória, mas, de todos com que estamos familiarizados, nenhum, arriscamo-nos a dizer, exceto o homem, partilha da faculdade de evocação. A causa disso está em que a evocação é, por assim dizer, uma espécie de inferência.¹⁴

A memória retém uma cena do passado, ao passo que a evocação tenta recuperar este fragmento armazenado. Para “resgatar” o esquecido ou o que permanece adormecido, porém retido na memória, torna-se necessário estabelecer uma associação de idéias, ou seja, é preciso haver um “ponto de partida”.¹⁵

Uma pintura pintada sobre um suporte é, a um só tempo, uma figura (phantasma) e uma semelhança (eikon): ou seja, enquanto a mesma coisa é tanto isso como aquilo, embora ser isso e aquilo não seja o mesmo, e se possa contemplá-la tanto como uma figura, quanto como uma semelhança. Do mesmo modo devemos de conceber a imagem dentro de nós em si mesma ou como relativa a algo mais. Enquanto encerrada em si mesma, é apenas uma figura ou uma imagem; mas quando considerada como relativa a algo mais, isto é, como sua semelhança, é também uma lembrança.¹⁶

Memória e evocação correlacionam-se com a dupla possibilidade de conceber uma figura pintada: como puro objeto contemplativo ou como semelhante a algo mais. “A memória corresponde à imagem que em nós se conserva; o trabalho da evocação realiza-se a partir da semelhança que o agente seja capaz de estabelecer”.¹⁷ Luiz Costa Lima, ao repensar a questão da memória, pela releitura de **De memória (450b 20ss)** traduzido acima, defende que o par “lembrança-evocação” relaciona-se com a *phantasia* através de uma orientação que, ao invés de olhar para o passado tem os olhos voltados a uma ação futura. Mas devemos ressaltar que Aristóteles não reconhecia o par desta forma, pois não cogitava uma imaginação criadora - a mimesis aristotélica retrabalha o que o cosmo já contém¹⁸. Ao submeter a evocação à uma “torção temporal” que desloca o horizonte preso ao passado, próprio da cosmogonia grega, Costa Lima não só liberta a

¹⁴ ARISTOTELES apud LIMA, Luiz Costa. **O Controle do Imaginário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.p. 133.

¹⁵ LIMA, Luiz Costa. Op.cit. p.135

¹⁶ ARISTOTELES apud LIMA, Luiz Costa. Op.cit.p.132.

¹⁷ LIMA, Luiz Costa. Op.cit p. 137.

¹⁸ Ibid. 138.

evocação para imaginar uma cena diferente da que lhe foi oferecida pela memória, como também ultrapassa as fronteiras impostas à mimesis por Aristóteles.

A evocação converte-se, por conseguinte, em semente da mimesis quando deixa de procurar restaurar o passado, senão que dele se desvia e tematiza o que, a partir do resto guardado, na memória coletiva ou privada, é passível de ser desdobrado com aquele resto.¹⁹

A evocação, portanto, é uma representação mimética, um ver interpretativo ao invés de mera coincidência com a ação passada. Se retomarmos a teoria de Ricoeur quanto ao pequeno milagre do reconhecimento, poderemos enriquecer esta relação memória-mimesis estabelecida por Luiz Costa Lima e a partir daí estabelecer novas hipóteses que aprofundem a concepção de autobiografia como um gênero híbrido.

O pequeno milagre do reconhecimento consiste na aproximação do sujeito que vivenciou a experiência passada, agora retida na memória, com aquele que a evoca. Ou seja, o passado reconhecido tende a valer, para o evocador, como passado decorrido, ou melhor, percebido. O ausente torna-se presente através do fenômeno de reconhecimento, no qual o indivíduo ao tentar reconhecer-se na ação passada transforma-a em um passado presente. O que foi retido na memória, através da torção temporal decorrente da necessidade do sujeito de reconhecer-se neste passado, é alterado para adequar-se às afeições que o sujeito possui no presente. Há, portanto, uma tentativa, mesmo que inconsciente, de apagar suas fraturas em busca de uma identidade subjetiva homogênea, que assegure a coesão do que foi percebido e agora evocado. Com isso, podemos claramente notar a relação entre evocação e mimesis de representação, na qual o sujeito, devido a essa pulsão de recongnição, transforma aquilo que reside na memória em uma representação autônoma, que apesar de incidi-la não se reduz a mera imitação da afeição passada.

Apesar da impossibilidade de espelhar a experiência passada, a rememoração muitas vezes se apresenta como tal. A confiança no testemunho reside em sua imutabilidade no decorrer do tempo; uma irrealizável promessa de manter-se o mesmo – um sujeito homogêneo, que de maneira inconsciente ou não oculta suas fraturas - independente das experiências do porvir.

O homem se quer “autobiografável” para reafirmar, através da narrativa, sua unicidade, entretanto, o autobiográfico só pode ser reconhecido como gênero autônomo,

¹⁹ Ibid.140

à medida que se afasta da utopia de um sujeito homogêneo e passa a ser encarado como uma produção mimética, localizada entre história e ficção. O milagre do reconhecimento impede que a autobiografia seja encarada como narrativa historiográfica, pois, independente da tentativa do autor em manter a busca da verdade, o fenômeno do reconhecimento torna-se um obstáculo ao abrir as portas para a imaginação apagar suas fraturas, através da construção de um sujeito uno e imutável. Mas a distância entre história e autobiografia não deve mascarar as diferenças entre a última e a ficção. Apesar de constituir uma representação mimética autônoma, esta narrativa não transgride as bases do real, pois a referência à memória torna-se um obstáculo para a liberdade da imaginação criadora, própria do âmbito ficcional.

Contudo, a gradação desta distância - ora mais próxima da história, ora mais próxima da ficção - não é a mesma para todas as narrativas memorialísticas. O que pretendo ressaltar com esta afirmação é a diferença entre narrar uma lembrança e elaborar uma autobiografia. A tentativa de homogeneizar o sujeito está presente em ambas, uma vez que toda evocação pressupõe uma torção temporal devido ao milagre do reconhecimento – torna o passado presente. No entanto, depoimentos e testemunhos, em sua maioria, são reconstituições de momentos específicos, cujo ponto de partida da evocação aproxima-se da aporia historiográfica: buscar a verdade. A autobiografia, por sua vez, não objetiva narrar um caso específico retido na memória, pois sua proposta consiste em um projeto expansivo de reconstituição teleológica do passado. Com isso, o ponto de partida da evocação não está na memória e sim na construção de uma identidade narrativa - “a maneira como autor, contrariando a ordem verificável dos eventos, se vê (se fantasia) a si mesmo.”²⁰

O relato autobiográfico tem a pretensão de organizar-se em uma seqüência ordenada, como se o biografado possuísse um sentido de vida, o qual daria significado aos acontecimentos que a preenchem. A noção de vida como uma história, um caminho linear possuidor de começo, meio e fim pressupõe uma finalidade para essa “trajetória”, um sentido que a torne coerente e orientada. Com isso, podemos identificar nova transformação na composição dos momentos evocados em uma narrativa autobiográfica: além de sofrer a torção temporal, devido ao pequeno milagre do reconhecimento, a rememoração amolda-se a uma “torção metonímica”, através da qual

²⁰ LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.p. 354.

se torna parte de um todo homogêneo, pré-estabelecido de maneira consciente ou não pelo autor: a identidade narrativa. Todos os momentos evocados devem, portanto, aludir a uma imagem deslocada da memória, um projeto de auto-representação que subjuga esta rememoração e a transforma em nova representação mimética, mais próxima do ficcional do que da aporia da história.

O cerne da proposta autobiográfica encontra-se, portanto, na mobilização da memória a serviço da busca e reivindicação de uma identidade narrativa, pois a consistência do projeto depende desta evocação, fornecedora dos indícios miméticos do passado, cujo encadeamento lógico configura as circunstâncias do presente. São essas circunstâncias que envolvem os valores e preconceitos do indivíduo; projeto e rememoração associam-se para dar significado a suas ações. De acordo com Shutz, o projeto é o resultado de uma indagação consciente de seu proponente e de sua relação com o campo de possibilidades, no qual está inserido. Ou seja, a identidade que se deseja edificar depende dessa complexa e permanente interação entre o projeto, o sujeito e sua sociedade.²¹ Mesmo que o projeto pertença ao mundo da intersubjetividade, a possibilidade de concebê-lo explica-se por seu papel de meio de comunicação e objeto de negociação com a realidade, ao se expressar em conceitos, palavras e categorias.

Devemos ressaltar que a utilização do conceito de projeto de Schutz - orientação consciente do sujeito à suas ações futuras - não descarta a noção de interminabilidade que defendemos desde início. A intenção do autor ante a produção de uma representação de si não encerra seu significado, muito menos ratifica a idéia do sujeito como mestre absoluto de sua representação. Por não ser um espelho da intenção do autor, a narrativa memorialística passa por uma nova transformação mimética, já que sua inserção no mundo remete às influências de diversas representações nele contidas. No momento da elaboração da proposta em narrativa, vemos uma deformação que a autonomiza devido à distância entre significado e significante. Soma-se a isso o efeito nos leitores de sua obra, que fraturados e também inseridos no mundo, possuem diferentes recepções da mesma. Mas significado e significante não se encontram em pólos antagônicos sem nenhuma relação um com o outro, pois estaríamos adentrando o

²¹ VELHO, Gilberto. *Memória, Identidade e Projeto*. In: **Projeto e Metamorfose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

perigoso discurso desconstrucionista que concede uma abertura infundável à ordem do significante. “A indagação da linguagem é insuficiente se não considera seu laço umbilical com a realidade”.²²

Essa defesa da linguagem como emaranhado de semelhanças e diferenças – “sem ser explicada pelo real, a linguagem, em seu uso, sempre toca o real”²³ – nos leva a segunda parte de meu projeto de pesquisa, no qual proponho a análise das reais possibilidades de utilização da autobiografia como documento histórico. Mas antes, acredito ser necessário fazer uma retrospectiva do que já fora exposto além de resumir para o leitor as hipóteses da primeira parte de meu trabalho.

A partir da pergunta “o homem é um ser autobiografável?” apresentei a teoria de Luiz Costa Lima que consiste em considerá-la um gênero híbrido, entre a história e a ficção. No intuito de aprofundar tal questão me dispus a estabelecer um diálogo entre as teses de Ricoeur e as teses do autor supracitado, através da relação mimesis – memória. Após a análise das duas teses e instituição do diálogo, tornou-se possível o estabelecimento de alguns pressupostos que possibilitam encarar o sujeito como autobiografável – o que significa dizer que a autobiografia não consiste em uma narrativa ficcional na qual personagem e autor em nada se assemelham: a) autobiografia é um gênero híbrido que se aproxima hora da história, hora da ficção. b) a evocação consiste em uma representação mimética do que está retido na memória, pois sofre uma torção temporal, devido ao milagre do reconhecimento. c) a autobiografia não consiste em um acúmulo de lembranças, pois estas sofrem nova alteração – torção metonímica - que as transformam em pequenas partes conectadas pela imaginação no intuito de constituir um todo homogêneo, uma identidade narrativa. d) Esta identidade narrativa não tem como ponto de partida a memória e sim um projeto, consciente ou não, de apagar as fraturas do sujeito, através deste processo metonímico que subjuga suas lembranças – o sentido de vida é deslocado da imagem que o autor tem de si, ou projeta para si, a todas as lembranças presentes em sua autobiografia. e) Assim como as evocações, uma autobiografia consiste em uma mimesis da representação, a qual não transgride o horizonte de expectativas do leitor, no entanto, não constitui um espelho da intenção do autor.

²² Ibid.p.399.

²³ LIMA, Luiz Costa. **Mimesis**: Desafio ao Pensamento. Op.cit. p.398.

Se o ponto de partida da narrativa autobiográfica não está na memória e sim em uma imagem fantasmagórica de si - a qual a aproxima do gênero ficcional e intensifica a suspeita do historiador quanto a sua veracidade - como utilizá-la em um estudo que se pretende historiográfico? Ao usá-la como documento o historiador é capaz de analisá-la criticamente e com isso alcançar algum resquício que indique determinada realidade? Acredito ser possível. Apesar da distância entre significado e significante, a interminabilidade nos permite imaginar uma tênue ponte entre linguagem e intenção, a qual o historiador pode se aventurar em trilhar, mesmo consciente da impossibilidade de se chegar ao outro lado.

BIBLIOGRAFIA:

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**. Dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BARROS, Myriam Lins de. **Autoridade e Afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CALDAS, Albertos Lins. **Oralidade texto e história**. Edições Loyola: São Paulo; 1999.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: **Topoi**. Revista de História. Rio de Janeiro: 7 Letras, n. 1, 2000.

DULLES, John W F. **Carlos Lacerda**. A vida de um lutador. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GUATTARI, Félix. **Cartografias do desejo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

HARTOG, François. Regimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 1997.

LACERDA, Carlos. **Depoimentos**. Organização de texto de Claudio Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

_____. **Rosas e pedras de meu caminho**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

LEJEUNE, Philippe. **O Pacto Autobiográfico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LE GOFF, Jacques et al: **Memória/História**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1986.

LIMA, Luiz Costa. **Mímesis:Desafio ao Pensamento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

_____. **O Controle do Imaginário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Trilogia do Controle**. Rio de Janeiro: Top Books, 2007.

_____. **História. Ficção. Literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LORIGA, Sabina. *A tarefa do Historiador*. In: GOMES, Ângela de Castro. **Memórias e narrativas autobiográficas.** Rio de Janeiro: FGV, 2010. P. 20.

MOTTA, Marly Silva da. O relato biográfico como fonte para a história. **Vidya**, Santa Maria (RS), n 34, p. 101-122, jul./dez. 2000

_____. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. In: Meihy, José Carlos Sebe. **(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1996.

NEVES, Guilherme Pereira das. Elétrons não são intrinsecamente interessantes como gente. In: Francisco Carlos Palomanes Martinho; Luiz Carlos Soares, Tânia Maria Bessone da Cruz Ferreira (Organizadores). **História e Biografias.** Anais Eletrônicos do X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

PERELMANN, Chaim. **Retóricas.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

OLNEY, James. **Autobiography: Essays Theoretical and Critical.** Princeton: Princeton University Press, 1980.

RICOEUR, Paul. **A memória. A história. O esquecimento.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

VELHO, Gilberto: Memória, identidade e projeto. IN: **Projeto e metamorfose.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.